

**EXMO. SR. PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE –
FEAM**

FEAM	
PROTOCOLO Nº	06.1359/2003
DIVISÃO:	Div. 10.10.1003
MAT.:	VISTO:

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE
06
FL Nº

MINERAÇÃO MORRO VELHO LTDA., com sede na Fazenda Rapaunha, s/n, Município de Nova Lima –MG, por sua procuradora, inconformada com o **AUTO DE INFRAÇÃO** no. 000116/2003, lavrado contra a mesma pela Fundação Estadual de Meio Ambiente- FEAM, vem apresentar **DEFESA ADMINISTRATIVA**, pelos fatos e fundamentos a seguir aduzidos:

I- Tempestividade da defesa:

É tempestiva a defesa tendo em vista que o art. 25 do Decreto 39.424/98 determina o prazo de 20 (vinte) dias para apresentação da mesma contados do recebimento, pela Autuada, do auto de infração.

Tendo a Autuada recebido o mencionado Auto em 22/09/2003, o termo final da defesa é o dia 12/10/2003.

Luiz

Núcleo de At



II- Dos fatos

No dia 10/03/2003, foi lavrado contra a Autuada, pela Fundação Estadual de Meio Ambiente-FEAM, o Auto de infração no. 000116/2003, expedido em desfavor do empreendimento denominado MINA DO ENGENHO D'ÁGUA, localizado na Fazenda Engenho D'água, s/n, Rio Acima-MG.

O auto foi lavrado pelo seguinte fato:

" Causar poluição ou degradação ambiental que resulte ou possa resultar em dano à saúde humana, aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats. A oficina mecânica da mina Engenho D'água apresentava lixo inadequadamente disposto, inclusive queimado. Foi verificada também a presença de fezes humanas e papel higiênico no entorno da área da oficina."

A lavratura do auto baseou-se no art. 19, § 3º, item 6 do Decreto 39.424/98, o qual dispõe, *verbis*:

" São consideradas infrações gravíssimas:

6 - Causar poluição ou degradação ambiental de qualquer natureza que resulte ou possa resultar em dano à saúde humana, aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats ou ao patrimônio natural ou cultural."

III) Preliminarmente

O auto de infração ora em referência foi expedido sem observância das condições de validade impostas pela norma, conforme se vê a seguir:

III.1- Necessidade de advertência

O art. 18, inciso I do Decreto 39.424/98 determina que aos infratores serão aplicadas, antes de qualquer outra, a penalidade de advertência nos termos do inciso I, do artigo 16 da Lei 7.772/80.

Assim dispõe o art. 18 supracitado:

"Aos infratores dos dispositivos da Lei 7.772/80, deste regulamento e das demais normas deles decorrentes, serão aplicadas as



seguintes penalidades, sem prejuízo das cominações cíveis e penais cabíveis:

I- advertência, nos termos do inciso I, do artigo 16, da Lei 7.772/80."

Por sua vez, determina o art. 16 da lei 7.772/80 que sem prejuízo das cominações cíveis e penais cabíveis, as infrações serão punidas com as seguintes penas:

" I – advertência, por escrito, antes da efetivação das medidas indicadas neste artigo para restabelecimento, no prazo fixado, das condições, padrões e normas pertinentes."

Assim sendo, a FEAM deveria primeiro ter advertido a Autuada para somente depois ter-lhe aplicado a pena de multa.

III.2) Da forma prevista para lavratura de autos de infração:

Inicialmente, o art. 16, inc. III do Decreto 39.424/98 determina que aos agentes dos órgãos seccionais de apoio compete:

" III- lavrar de imediato o auto de fiscalização e o de infração, se for o caso, fornecendo cópia ao autuado, contra recibo." (grifos nossos)

No caso em epígrafe, a fiscalização ocorreu no dia 10/09/2003 e somente estiveram no local e acompanharam a fiscalização as Srs. Maria de Fátima Maia, Aline Lima, Débora Fernandes e Michael Goulart (cópia do auto de fiscalização anexo)

No entanto, o respectivo auto de infração foi assinado pela Sra. Bárbara Valadão L. Torres , a qual não estava presente no ato da fiscalização, o que, evidencia que o auto não foi lavrado não de imediato, mas posteriormente, o que, por sua vez, descaracteriza o imediatismo previsto no art. 16 acima transcrito.

III-3) Atribuição para lavrar autos

A lavratura de um auto de fiscalização, como emanção do poder público, é um ato administrativo e, assim, devem possuir alguns requisitos de validade, dentre eles a chamada competência. A competência refere-se à atribuição



legal do agente para a prática do ato, ou seja, para que um agente exerça a função de fiscalização ele dependerá de expressa disposição em lei neste sentido.

O auto de infração em questão foi expedido e assinado pela Sra. Bárbara Valadão L. Torres, a quem foi atribuída, através de publicação no Minas Gerais, a função de Gerente da Divisão de minerais não metálicos.

Por sua vez, o art. 19 do Decreto 43.370/2003, determina as atribuições que competem à Divisão de Minerais não metálicos, não incluindo, dentre elas, a função de lavrar autos de fiscalização, destacando-se ainda que, o citado Decreto dispõe, como finalidade da Divisão, **apenas orientar e executar a avaliação de impacto ambiental visando o licenciamento dos empreendimentos**, como se vê abaixo:

"Art. 19 - As Divisões de Indústria Química, de Indústria Alimentícia, de Indústria Metalúrgica e **de Minerais Não-Metálicos**, de extração de Minerais Metálicos, e de extração de Minerais Não-Metálicos **têm por finalidade orientar e executar a avaliação de impacto ambiental**, no respectivo setor de atividade de atuação de cada Divisão, através de análise e demais medidas, **para o licenciamento dos empreendimentos setoriais...**"

O auto de infração 000116/2003 está, portanto, eivado de nulidades e fere ao Princípio maior, previsto na Constituição Federal e que rege a Administração Pública que é o Princípio da legalidade, através do qual o agente público só pode agir de acordo com o que a lei expressamente autoriza.

Diante dos argumentos apresentados, portanto, o auto de infração 000116/03 é nulo, e não produz qualquer efeito, devendo assim ser reconhecido pelo Sr. Presidente desta fundação.

IV - Cerceamento de defesa

O fato constitutivo da infração disposto no auto de infração é impreciso, não detalhou quais resíduos estavam inadequadamente expostos, o seu volume e nem a quantidade de fezes e papéis higiênicos que foram encontrados. Isto impede a defesa da Autuada, fere aos princípios do contraditório e causa o cerceamento de defesa, pois ninguém pode defender-se se não sabe exatamente do que está sendo acusado.

O art. 24, inc. II do Decreto 39.424, ordena que o auto deve conter a exata motivação da infração justamente para que seja possível a adequada defesa do Autuado.



Assim, por todos os motivos elencados, o Auto de infração 000116/03 é nulo e não produz qualquer efeito, devendo, portanto, ser arquivado.

V) MÉRITO

Quanto ao mérito, a Autuada o abordará apenas como medida de extrema cautela e em respeito ao princípio da ampla defesa, pois as preliminares argüidas, por si só, são suficientes para o arquivamento do Auto de infração em discussão.

V.1) Ausência da conduta típica

A empresa foi autuada sob a alegação de "causar poluição ou degradação ambiental."

No entanto, a Lei 7.772/80 define o que é poluição, à medida em que, tipifica, em seu art. 2º, inc. III, como poluição ou degradação ambiental "ocasionar danos relevantes à flora, fauna e a qualquer recurso natural."

O agente fiscalizador, portanto, não pode conceituar livremente o que seja poluição ou degradação. Ele deve se ater ao conceito emanado da Lei. E, a norma diz que para que se configure a poluição ou degradação estas devem ocasionar danos relevantes ao meio ambiente.

A existência de resíduos, na oficina, por si só, não caracteriza poluição. Para ser assim caracterizada, estes resíduos teriam que ter causado poluição ou degradação no sentido da lei, o que não ocorreu.

E, se tivesse realmente ocorrido algum dano, o auto de infração deveria tê-lo descrito, identificado o tamanho da área, definindo qual recurso natural foi afetado, etc.

O fato é que o dano não foi descrito porque é inexistente, e, como a lei prevê a aplicação de sanções apenas para aqueles que cometem a conduta típica e antijurídica, não havendo a citada conduta não há que se falar em infração.



Além do mais, apenas para se ter uma dimensão da pequenice do fato, a quantidade de resíduos encontrados na oficina mecânica é equivalente ao lixo gerado em um dia na residência de uma família de quatro pessoas. E, lembrando a existênica diária de destinação incorreta do lixo de milhares de famílias, nem por isto, estas estão sendo diariamente autuadas.

No mais, identificada a irregularidade, a empresa, de imediato, tomou todas as providências para que a destinação dos ínfimos resíduos encontrados fossem adequadamente dispostos e além disto, acirrou o programa de educação ambiental dirigido aos contratados para que se conscientizem da importância do gerenciamento adequado de resíduos.

Ao ver da autuada, esta é a atitude realmente eficaz e relevante dentro do ordenamento ambiental, que vai muito além do simples pagamento de uma multa, como se isto legitimasse sua conduta.

Diante disto, entende a Autuada, *data vênia*, que a lavratura do auto de infração 000116/03 é imprópria e desnecessária.

V.2) Responsabilidade administrativa em direito ambiental

Existem três níveis de responsabilidade em matéria de direito ambiental. São elas: a administrativa, a civil e a penal.

Interessa, no caso em tela, aludir somente sobre as duas primeiras. É sabido que a regra vigente no ordenamento jurídico brasileiro é a regra da subjetividade, à exceção dos casos previstos em lei. Assim, as normas emanadas da Constituição Federal e das leis ambientais prevêm que somente a responsabilidade civil, de caráter compensatório/reparatório, é objetiva, donde se conclui que a responsabilidade administrativa-ambiental, de caráter punitivo/preventivo, é subjetiva.

Assim, não corresponde ao ideal da justiça, em matéria de responsabilidade administrativa-ambiental, a imposição à alguém de qualquer responsabilidade sem que este tenha praticado ou concorrido voluntariamente para a consecução da conduta antijurídica. Existem causas que excluem esta responsabilidade, o que acontece no caso em questão.

Na hipótese dos presentes autos, a Autuada não praticou e nem concorreu voluntariamente para a prática da conduta tipificada no auto de infração.



Destaque-se, inicialmente, que a Autuada não opera pessoalmente a Mina engenho d'água. Ela contratou a empresa Belmont Construções e Transporte Ltda. para operar sua mina e nesta condição, a treinou para que gerenciasse adequadamente os resíduos oriundos da operação conforme comprova o certificado de treinamento de resíduos anexo.

Além disto, resta esclarecer, que a Mina sofreu tentativa de roubo de combustível ou sabotagem conforme consta do documento intitulado REGISTRO DE INCIDENTES, ora juntado. Neste, o empregado da Belmont esclarece que "ao chegar para trabalhar verificou que a mangueira de nível estava cortada e as válvulas estavam abertas..." Este fato foi comunicado à Polícia a qual lavrou o BOLETIM DE OCORRENCIA em anexo. Portanto, a existência de óleo na oficina se deveu ao fato acima narrado.

Por outro lado, quanto à existência de fezes e papel higiênico ao redor da oficina, vale ressaltar que a Autuada elaborou projeto específico e construiu fossas sépticas na Mina, antes do início de sua operação, (proc. FEAM no.038/94/03/1995), o que prova que a Autuada envidou esforços para que esta prática não ocorresse e, portanto, não deve ser penalizada administrativamente.

A infração administrativa que se pretende atribuir à autuada está prevista na legislação como dependente de ação humana ou da vontade do agente, e, conforme acima demonstrado, a Autuada não foi a agente da conduta típica e nem possui o ânimo de vontade para que a mesma ocorresse.

Ressalte-se, ainda, que independente de culpa, a empresa, promoveu, de imediato, a substituição da mangueira que havia sido cortada, a remoção do material contaminado com óleo e destinou corretamente o resíduo encontrado na oficina.

Portanto, no caso em questão, falta requisito essencial para se caracterizar a responsabilidade administrativa da Autuada, pois não restou provado qualquer dano ou prejuízo ao meio ambiente e nem a sua culpa.

VI- CONCLUSÃO

Diante de todo exposto, a Autuada requer preliminarmente sejam acolhidos os argumentos de irregularidades formais do auto de infração 000116/03, de forma que o mesmo seja nulo e, posteriormente arquivado.



E, se superadas as preliminares, somente *ad cautelam*, , seja cancelado o referido Auto visto que não houve dano ao meio ambiente e, portanto, não existe fundamento legal para a sua lavratura, devendo o auto ser arquivado.

Nestes termos.

Pede deferimento.

Nova Lima, 10 de outubro de 2003.


Pp.Fabiana Vita Lopes
OAB/MG 72.653